

Governo modifica o projeto para transpor águas do São Francisco

Francisco Góes
Do Rio

O governo fechou posição sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para a região do semi-árido nordestino. Hoje os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Integração Nacional, Ciro Gomes, reúnem-se com representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Comitê da Bacia do São Francisco para oficializar a proposta. Após debate interno, o governo decidiu seguir recomendação da ANA alterando o plano original para transpor as águas do São Francisco — discussão que teve origem no século XIX e que depende de decisão política e econômica para sair do papel.

Inicialmente o plano de transposição estava focado na situação dos reservatórios receptores da água do São Francisco, no semi-árido. A água seria transposta quando esses reservatórios estivessem baixos, sem levar em conta a situação hidrológica de Sobradinho, principal barragem no São Francisco. O novo plano inverteu a lógica. A idéia é que o uso da água do São Francisco para irrigação dependa de Sobradinho ter água em excesso (o que os técnicos do setor chamam de verter água).

A proposta também considera a transposição de 26 metros cúbicos de água por segundo do rio São Francisco para atender ao consumo humano na região do semi-árido. "A nova proposta inverte a equação e, apesar de ser menos generosa, é mais viável do ponto de vista político", avalia o diretor-presidente da ANA, Jerson Kelman. Ele participou ontem, no Rio de Janeiro, de seminário sobre recursos hídricos promovido pelo BNDES.

Kelman citou cálculo do ministério da Integração Nacional, segundo o qual o custo de operação e manutenção do sistema de



Jerson Kelman, diretor presidente da ANA: "essa nova proposta é menos generosa mas é bem mais viável"

transposição das águas do São Chico será da ordem de R\$ 100 milhões por ano. Isto significa custo de cerca de R\$ 0,20 por metro cúbico de água transposto. Esta conta terá que ser paga por alguém, e caberá aos estados beneficiados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) decidir se a fatura irá para o tesouro estadual ou para os consumidores, hipótese mais provável.

Neste caso, a estimativa é de um aumento de 20% na conta de água dos consumidores urbanos dos estados beneficiados para manter a operação do sistema, levando-se em conta que a tarifa situa-se hoje em cerca de R\$ 1 por metro cúbico de água potável. O diretor-presidente da ANA disse ainda que está em análise no governo a possibilidade de que a Companhia Hidro Elétrica do

São Francisco (Chesf) venha a ser a operadora do sistema na condição de concessionária de serviço público (levar água para o semi-árido nordestino).

A Chesf poderá criar uma subsidiária que teria como clientes atacadistas de água nos estados beneficiados. O Ceará já criou a Companhia Estadual de Recursos Hídricos do Estado. Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco teriam de fazer o mesmo. Essas empresas se encarregariam de distribuir a água para companhias de saneamento e distritos de irrigação, explicou Kelman.

Segundo ele, os próximos passos para avançar na discussão da transposição envolvem a realização de uma assembleia do Comitê da Bacia do São Francisco, no fim do mês, em Juazeiro. O comitê, que reúne integrantes do go-

verno, do setor privado e da sociedade civil organizada, irá discutir se aprova o plano da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Entre as atribuições do comitê, estão a alocação da água entre os estados, prioridades de investimento e o uso eficiente da água.

Kelman acha ainda inadequada a idéia de se levar água do rio Tocantins para o São Francisco. "Essa solução não é necessária, pois há água suficiente no São Francisco", avaliou. Ele estimou que cada metro cúbico de água retirado do São Francisco implica na perda de 3,22 megawatts (MW) médios. Mesmo assim, disse, é preferível usar água para irrigação no semi-árido e compensar a perda de energia elétrica usando linhas de transmissão para transportar energia gerada em outras regiões.

LEO PINHEIRO/VALOR